

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S. A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

## É preciso mudar

Se restavam dúvidas sobre a divergência existente entre o Congresso constituinte —cuja inclinação é fixar em cinco anos o mandato do presidente Sarney— e a opinião pública —cuja vontade é limitá-lo a quatro—, a pesquisa publicada pela **Folha** no último domingo eliminou-as por completo. A maioria da população de nove capitais, entre as mais importantes do país, pronunciou-se claramente a favor das eleições diretas para a Presidência ainda este ano: foram 69%, que desejam o mandato de quatro anos para o presidente Sarney, contra apenas 23%, que gostariam de um período de cinco anos.

Os dados evidenciam, agora com indiscutível concretude, o clima de frustração que as análises políticas já detectavam logo depois de anunciados os números da votação realizada na terça-feira da semana passada. Mais do que um sentimento generalizado de contrariedade, o que se verifica, diante da pesquisa, é o flagrante descolamento entre os objetivos da maioria dos parlamentares e as expectativas da sociedade. Enquanto esta reivindica o encerramento, o quanto antes, da transição —com a escolha de um novo governo, que represente o ingresso do país em sua plenitude democrática—, os constituintes mostram-se dispostos a prorrogar o atual estado de coisas, em favor de interesses e conveniências pessoais. A lógica da mudança, que presidiu o rompimento com o ciclo autoritário, vai cedendo, portanto, celereamente, lugar a uma conservadora lógica da preservação.

Não deixa de ser significativo que a maior parte dos entrevistados pela pesquisa, embora se manifeste favorável às eleições este ano, considere mais provável que elas ocorram em 89. Ao fazer este prognóstico, revelam os consultados um grau refinado de politização: percebem com nitidez que seus representantes tratam, neste caso, de representar outros interesses, abandonando o compromisso com as urnas.

Esta falta de organicidade e fidelidade entre os eleitos e os eleitores é certamente um sintoma a mais da inconsistência, do caráter antidemocrático e da feição elitista do sistema político brasileiro. Decisões fundamentais, que dizem respeito à sociedade como um todo, têm sido tomadas, ao longo da história, sem que se prestem contas à população. Em detrimento da transparência e da abertura, preferem-se sempre os acordos obscuros, os conchavos de gabinetes, os entendimentos em bases fisiológicas. Ao reafirmar este procedimento tradicional, o Congresso constituinte retarda, mais uma vez, a renovação do país; comporta-se à altura dos colégios eleitorais do regime militar; afronta, com um cinismo desmedido, as aspirações da sociedade.

É verdade que a trama das conveniências do Planalto e do PMDB não indica a solução das eleições diretas em 88. Os constituintes não foram eleitos, contudo, para tecer fórmulas que assegurem sua perpetuação —e a de seus partidos— no poder. Foram escolhidos para entregar ao país uma nova Carta e fixar, o mais rapidamente, o término do processo transitório. É imprescindível, para o próprio crédito das instituições, que assumam esta responsabilidade e correspondam àqueles por quem foram designados através do voto.

A maioria deseja mudanças, deseja avançar, deseja superar o quadro de deterioração e esgotamento a que chegou o governo Sarney. Não será com prorrogações inúteis, com reformas ministeriais e redistribuições de cargos submetidos ao jogo das clientelas que se erguerá o país do pântano das incompetências administrativas, dos descontroles econômicos e dos oportunismos políticos em que submerge aos olhos de todos. Não há o que esperar. É preciso coragem e decisão, é preciso realizar eleições diretas para a Presidência ainda este ano.